

RELATÓRIO TÉCNICO

Papel dos Pequenos Negócios no Mercado de Trabalho



Brasília – DF, 11 de abril de 2023
Atualizado em 06 de novembro de 2023





Todos os direitos reservados

A reprodução não autorizada desta publicação, no todo ou em parte, constitui violação aos direitos autorais (Lei nº 9.610).

Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE

Unidade de Gestão Estratégica

SGAS 605 – Conjunto A – Asa Sul – Brasília/DF – CEP 70200-904

Tel.: 55 61 3348-7180

Site: www.sebrae.com.br

CONSELHO DELIBERATIVO NACIONAL

Presidente

José Zeferino Pedrozo

DIRETORIA EXECUTIVA

Diretor-Presidente

Décio Nery de Lima

Diretor Técnico

Bruno Quick Lourenço de Lima

Diretor de Administração e Finanças

Margarete Coelho

Gerente Adjunto da Unidade de Gestão Estratégica e Inteligência

Fausto Ricardo Keske Cassemiro

Coordenador do Núcleo de Pesquisa e Gestão do Conhecimento

Kennyston Costa Lago

Equipe Técnica

Tomaz Back Carrijo

Jaqueline Moraes



SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	4
2	MÉTRICAS DO MERCADO DE TRABALHO	5
2.1	Fluxograma do mercado de trabalho	5
2.2	Desemprego no mercado de trabalho formal e informal no Brasil	7
2.3	Mercado de trabalho formal nas MPEs	10
2.3.1	Participação no emprego	10
2.3.2	Estabilidade dos empregos	17
2.3.3	Criação e destruição de postos de trabalho	18
3	CONSIDERAÇÕES FINAIS	20
	ANEXO	21

1 INTRODUÇÃO

O papel que as Micro e Pequenas Empresas (MPEs) exercem na sociedade brasileira é decisivo em muitos aspectos econômicos e sociais, sendo a maior parte deles já compilados em estudos produzidos pelo SEBRAE. Em estudos como o do Anuário do Trabalho e o Panorama do Emprego nas MPEs – Módulo Empregado¹, a vertente mais decisiva foi explorada na participação das MPEs dentro do mercado de trabalho, influenciando emprego, renda e ocupações.

Para as estatísticas de mercado de trabalho, há 3 fontes principais no Brasil:

1. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNADc (IBGE) → fornece informações do mercado de trabalho brasileiro formal e informal. No entanto, com os microdados da pesquisa, não é possível identificar as MPEs e Médias e Grandes Empresas (MGEs) para cálculos específicos, o que inviabiliza os comparativos.
2. Relatório Anual de Informações Sociais – RAIS (PDET/MTE) → os microdados fornecem informações do mercado de trabalho formal, anualmente, com informações específicas também por porte de empresas em termos de emprego, remuneração e tempo de emprego.
3. Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – CAGED & Novo CAGED (PDET/MTE)² → indica a criação e destruição de postos de trabalho formal, mostrando o saldo de admissões e demissões e o estoque de trabalho formal no país, mensalmente e acumuladas anualmente, podendo ser identificadas as informações específicas às MPEs.

Uma forma de quantificar o papel das MPEs no mercado de trabalho, impactando na diminuição do desemprego, é mensurando sua capacidade de absorção da mão de obra, principalmente no comparativo com as MGEs. Existem métricas como geração de emprego, tempo de emprego (que indica, como *proxy*, estabilidade nos postos de trabalho), criação/destruição de postos de trabalho que indicam a atuação das MPEs no sentido de afetar positivamente o mercado laboral brasileiro.

Além disso, quando se olha as métricas para grupos mais vulneráveis dentro do mercado de trabalho, como as mulheres, os negros (pretos e pardos) e os mais jovens (até 24 anos de idade), percebe-se o quão importante são as MPEs para absorção dessa mão de obra. O presente relatório busca mostrar o papel estruturante das MPEs dentro do mercado de trabalho, de forma a trazer os principais valores e resultados encontrados até aqui, com os dados oficiais do tema, muitos já devidamente explorados nos estudos publicados até então pelo SEBRAE.

¹ Os relatórios destes estudos podem ser acessados em <https://datasebrae.com.br/panorama-do-emprego/#relatorio>

² Até 2019 os dados eram provenientes do CAGED e, a partir de 2020, depois de algumas alterações metodológicas, este passou a ser chamado de Novo CAGED. No entanto, ambos fornecem o conjunto de estatísticas conforme citado no texto.

2 MÉTRICAS DO MERCADO DE TRABALHO

2.1 Fluxograma do mercado de trabalho

Antes de qualquer aprofundamento no mercado de trabalho formal das MPEs, é importante que haja um vislumbre (breve e direto ao ponto) do que é, na prática, o mercado de trabalho brasileiro, que inclui tanto os contratos formais quanto informais³ de trabalho. Para esta seção, o objetivo é detalhar as principais métricas do mercado de trabalho utilizando os dados do quarto trimestre de 2022 da PNADc, os mais recentes até o momento. Para essas estatísticas, os dados não possuem filtro de idade e nem de número da entrevista feita, para que os valores sejam comparáveis às estatísticas disponibilizadas pelo IBGE.

A Figura 1 abaixo mostra como está dividido o mercado de trabalho no país. Os dados do quarto trimestre de 2022 revelam que, com uma população de 214.680 milhões de habitantes, 80,98% estão em idade ativa, ou seja, acima de 14 anos. Desta População em Idade Ativa – PIA – 37,91% estão fora da força de trabalho, enquanto 62,09% estão na força de trabalho constituindo a População Economicamente Ativa – PEA.

O desemprego no país atingiu 7,94% de toda a PEA, com ocupação de 92,06%. Dos ocupados, 5,46% estão subocupados por insuficiência de horas trabalhadas. Em relação aos 37,91% que estão fora da força de trabalho, 11,08% se encontram na força de trabalho potencial. Destes, 54,70% se encontram em situação de desalento.

A estatística de desalento somada à de subocupação por insuficiência de horas trabalhadas forma o que se conhece por *formas ocultas de desemprego*. No país, 8,84% da população em idade de trabalhar está vinculada a essa situação. Se se soma a isso os não desalentados e o desemprego aberto (a desocupação) chega-se à *população subutilizada total*, que no país é de 12,26%.

³ Em termos formais, não há uma definição única de informalidade. Há inúmeras formas de essa métrica ser calculada, sendo uma delas todos os contratos de trabalho que não possuem carteira assinada. Como o enfoque desse relatório não é trazer à tona as diferenças entre os dois contratos de trabalho na formação da taxa de emprego, mas tão somente mostrar como acontece o desemprego no país, não será necessário fazer esta distinção.

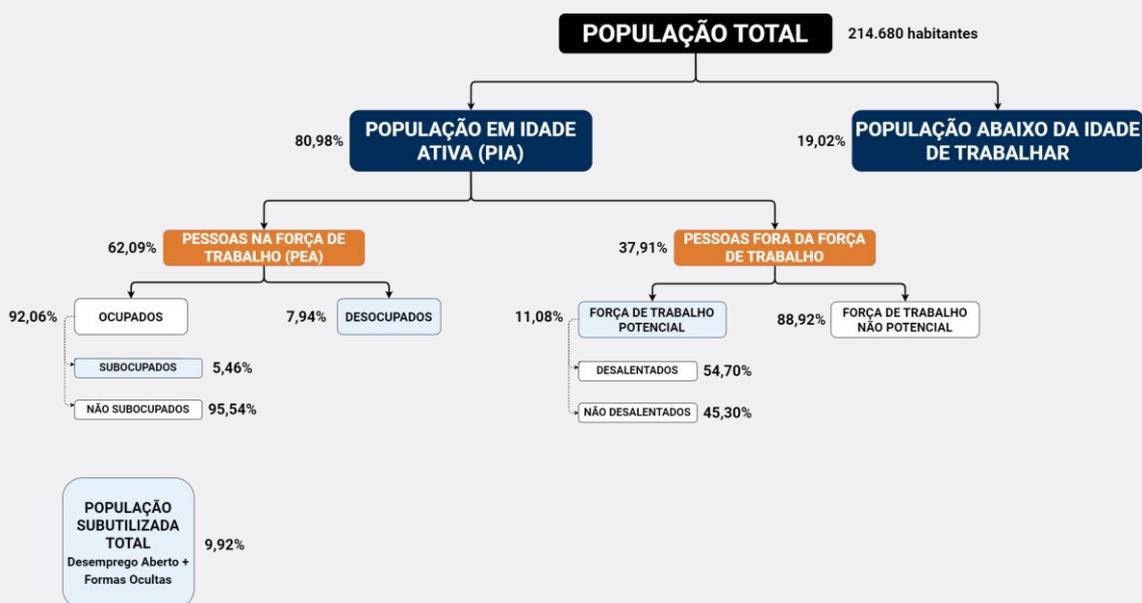


Figura 1 – Fluxograma do Mercado de Trabalho brasileiro.

Fonte: Resultados originais da pesquisa. Este fluxograma é baseado nos Fluxos de Mercado de Trabalho do IBGE com os dados da PNADc 2022 para o quarto trimestre, considerando todas as entrevistas.

Nota: Esta figura responde à pergunta “como está dividido o mercado de trabalho no país?”.

Um ponto interessante de se diagnosticar é como esses dados evoluíram ao longo da série histórica de 2012 a 2022. O enfoque da subseção seguinte está no desemprego, principalmente considerando a subdivisão para minorias, mas aqui será feito um compilado de 5 métricas para o país: desemprego, subocupação por insuficiência de horas trabalhadas, desalento, formas ocultas de desemprego e população subutilizada total. Para este compilado, serão mantidos somente dados para o 4º trimestre de cada ano, totalizando 11 informações por métrica.

O desemprego chega em 2022 no seu menor patamar desde 2015, saindo de 9,1% para 7,9%, depois de passar por períodos de alta, principalmente em 2020 (reflexo direto da pandemia). Mas para além do desemprego, quem está ocupado pode estar subocupado por insuficiência de horas trabalhadas (subocupação) que chegou no ápice em 2020, com 7,9% e agora se encontra na taxa de 5,5%. O desalento, ainda que tenha arrefecido a curva ascendente desde 2015, ainda se encontra em alto nível, fechando 2022 em 54,7%. possivelmente a estatística mais triste dentro do mercado de trabalho de um local, já que ela evidencia, por exemplo, enxugamento de postos de trabalho, dificuldade de reinserção no mercado e, no limiar, desesperança.

Quando se soma à subocupação a taxa de desalentados, forma-se o que já foi anteriormente denominado de formas ocultas de desemprego. São ocultas, porque ele não manifesta o desemprego aberto (a taxa de desocupação), mas formas pelas quais quem trabalha poderia estar trabalhando mais (subocupação) e pessoas que desistiram de procurar emprego (desalento). No Brasil, essa taxa chegou a 12,8% em 2020 – puxado principalmente pela subocupação – e em 2022 fecha no valor de 8,8%, o menor desde 2016 (9,4%).

Por fim, quando somada a essas formas ocultas de desemprego, o desemprego aberto e os não desalentados (ou seja, desemprego + subocupação + força de trabalho potencial), chega-se a já denominada população subutilizada total, que chega a seu

menor valor desde 2016 (11,9%) no fim de 2022 (9,9%). Todos estes dados estão expostos na Tabela 1 abaixo.

Tabela 1 – Métricas do mercado de trabalho brasileiro – 4º trimestre dos anos de 2012 a 2022.

Métricas	Anos										
	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Desemprego	6,9	6,3	6,6	9,1	12,2	11,9	11,7	11,1	14,2	11,2	7,9
Subocupação	5,8	5,2	5,1	4,4	5,8	7,0	7,4	7,2	7,9	7,7	5,5
Desalento	37,4	36,8	36,8	50,2	57,6	56,6	59,6	59,5	51,0	53,4	54,7
Formas Ocultas de Desemprego	7,5	6,6	6,4	6,9	9,4	10,8	11,4	11,1	12,8	11,6	8,8
População Subutilizada Total	8,6	7,7	7,7	9,1	11,9	12,8	13,0	12,6	15,4	13,3	9,9

Fonte: PNADc/IBGE. Resultados originais da pesquisa.

Nota: Esta tabela responde às perguntas: Desemprego “qual o percentual de pessoas que são economicamente ativas e que estão desempregadas (à procura de emprego)?”; Subocupação “qual o percentual de pessoas que estão ocupadas que estão subocupadas por insuficiência de horas trabalhadas (gostariam de trabalhar mais)?”; Desalento “qual o percentual da força de trabalho potencial que está desalentada (desistiu de procurar emprego)?”; Formas Ocultas de Desemprego “qual o percentual de pessoas que estão desalentadas ou subocupadas?”; População Subutilizada Total “qual o percentual de pessoas que estão desempregadas ou subocupadas ou na força de trabalho potencial?”.

Perceba que, no acumulado do período, o desemprego cresceu 14,9% (1p.p.), o desalento cresceu 46,3% (17,3p.p.); já a subocupação declinou no período, em 6,2% (-0,4p.p.). Dessa forma é possível concluir que o desalento é o principal responsável pelo aumento na taxa de formas ocultas do desemprego (17,9% ou 1,3p.p.), e ele em conjunto ao desemprego, impulsionou o crescimento da população subutilizada total (15,2% ou 1,3p.p.).

Para verificar de modo mais profundo o papel que as MPEs exercem no mercado de trabalho, este artigo trabalhará o duo desemprego e emprego. A próxima subseção (2.2) trata do desemprego, com enfoque especial nas minorias, que são a população tradicionalmente mais afetada nesse critério, dentro do mercado de trabalho formal e informal; a subseção 2.3 trata do emprego formal gerado nas MPEs e nas MGEs e como essas mesmas minorias são absorvidas de maneira distinta nos dois grandes portes.

2.2 Desemprego no mercado de trabalho formal e informal no Brasil

A ideia nesta subseção é mostrar como o desemprego está presente para três grupos da sociedade: as mulheres, os negros e os mais jovens (com até 24 anos de idade)⁴. Isso porque um dos papéis fundamentais das MPEs, para além de tornar o sonho dos pequenos negócios possível para uma grande parte da população, está também na catalisação de oportunidades para o público mais vulnerável, como será explorado mais profundamente na próxima subseção. Alguns resultados são importantes de serem destacados nesse sentido:

★ O desemprego é maior para mulheres do que para homens durante toda a série histórica (primeiro trimestre de 2012 a quarto trimestre de 2022) (Figura 2).

Este resultado, embora esperado, já que mulheres se inseriram tardiamente no mercado de trabalho e ainda lidam com questões de discriminação no mesmo, implica

⁴ Puramente para os grupos, desconsiderando que essas características se auto afetam, como por exemplo, tratar o desemprego de mulheres brancas e mulheres negras em comparação a homens brancos e homens negros, e assim por diante.

no fato de que a absorção e retenção do emprego feminino ainda é falha no mercado laboral brasileiro⁵.

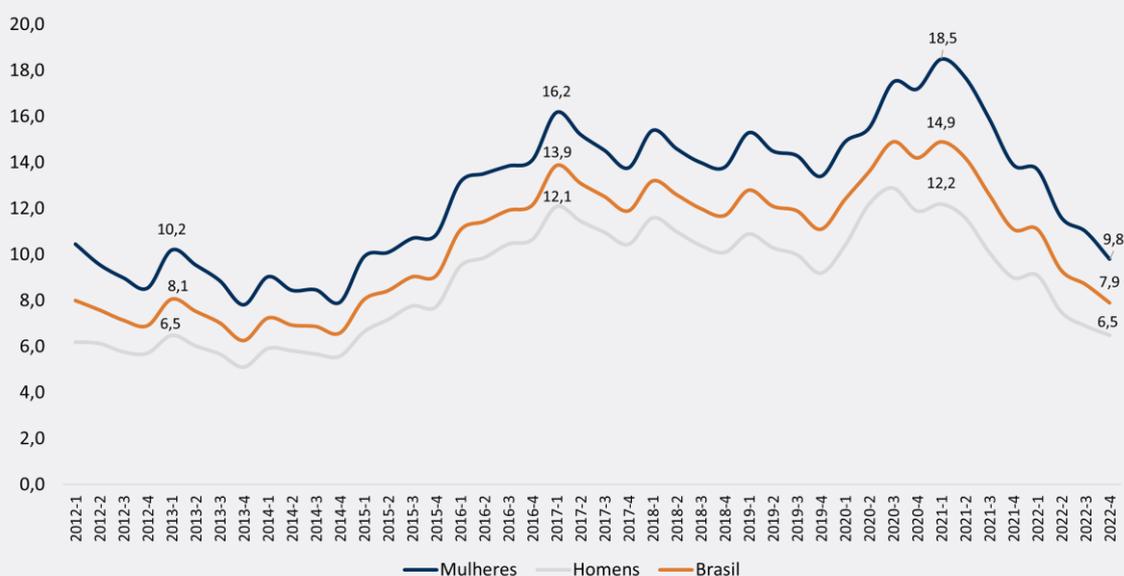


Figura 2 – Evolução do desemprego de homens, mulheres e do país como um todo (2012T1 a 2022T4).

Fonte: PNADc/IBGE. Resultados originais da pesquisa.

Nota: Esta figura responde à pergunta “de todas as pessoas na força de trabalho, formal e informal, qual o percentual de desemprego no Brasil como um todo e por gênero?”.

✦ O desemprego é maior para negros (pretos + pardos) do que para brancos, também em toda a série histórica (Figura 3⁶).

Este, assim como o desemprego feminino, também é um fato estruturante do mercado de trabalho brasileiro. Muito embora não se possa adereçar todas as inequidades laborais a um fator de discriminação, sabe-se, por meio de estudos já realizados, que muita da discrepância – tanto em chances de estar ocupado quanto em termos salariais –, acontece por razões que não possibilitam diferenciação real entre os indivíduos. Ou seja, não se vinculam a diferenças em termos de experiência, conhecimento, idade, educação etc.⁷.

⁵ Alguns estudos exploram este fato mais à fundo, como o elaborado por Silva e Silva (2020) disponível em: https://www.eco.unicamp.br/images/arquivos/artigos/LEP/L31/05_Artigo01.pdf e o elaborado por Monsueto, Bichara e Cunha (2014), disponível em: <https://www.cepal.org/es/publicaciones/36963-movilidad-ocupacional-diferencial-ingresos-la-experiencia-brasil-2002-2010>

⁶ Um fato preocupante é o evidenciado pelo círculo na Figura 3, que remete a um possível início de tendência de aumento no desemprego entre os negros. Como a série histórica da PNADc se encerra no quarto trimestre de 2022 (no presente momento), isso só será confirmado mais à frente.

⁷ Além disso, há predominância de negros em setores informais da economia. Esse tema, inclusive, foi analisado no texto de Wroblevski e Cunha (2020), disponível em: https://www.anpec.org.br/encontro/2020/submissao/files_I/i13-5e6ca0c5e10418b56314be32bb8d5685.pdf

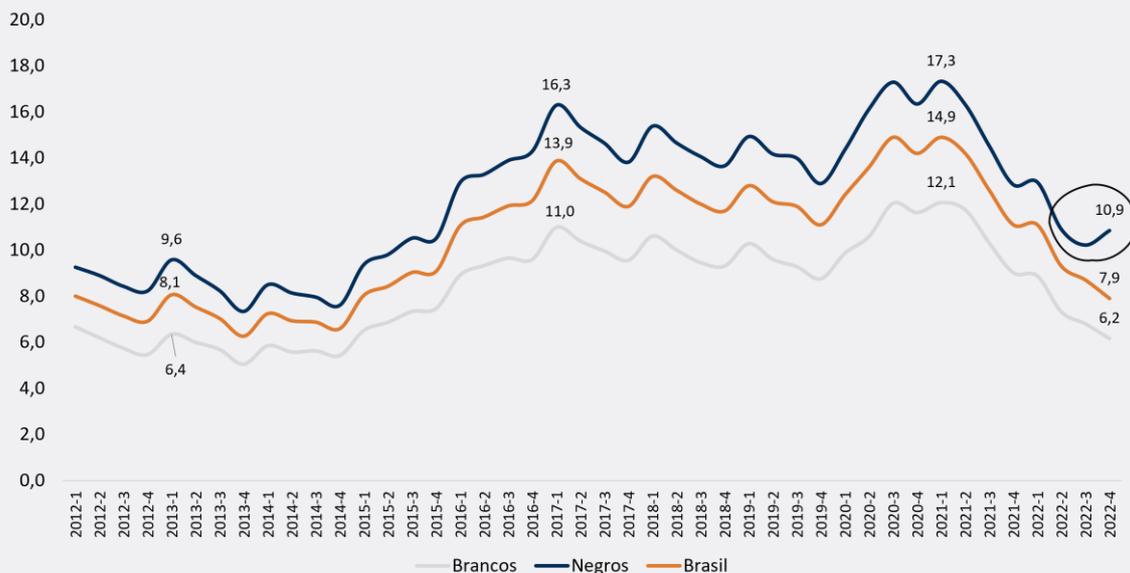


Figura 3 – Evolução do desemprego de brancos, negros e do país como um todo (2012T1 a 2022T4).

Fonte: PNADc/IBGE. Resultados originais da pesquisa.

Nota: Esta figura responde à pergunta “de todas as pessoas na força de trabalho, formal e informal, qual o percentual de desemprego no Brasil como um todo e por raça/cor?”.

✦ O desemprego de jovens é, em média na série histórica, o dobro do desemprego do país (para ser mais exata, 2,07 vezes) (Figura 4).

Jovens sofrem mais com desemprego, por questões de falta de experiência, dificuldade de encontrar um primeiro emprego, além de permanecerem mais tempo nessa condição⁸. A situação se agrava quando nem estudam (ou seja, nem investem em capital humano), nem trabalham, o que os coloca na condição de nem-nem⁹.

⁸ Vide o estudo realizado por Orellana, Pereira e Aragón (2022), disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rbe/article/view/81157>

⁹ Mais deste assunto pode ser visto no texto de Monsueto, Antigo, Moraes e Resende (2018), disponível em: <http://www.aet-rel.es/index.php/rel/article/view/138>

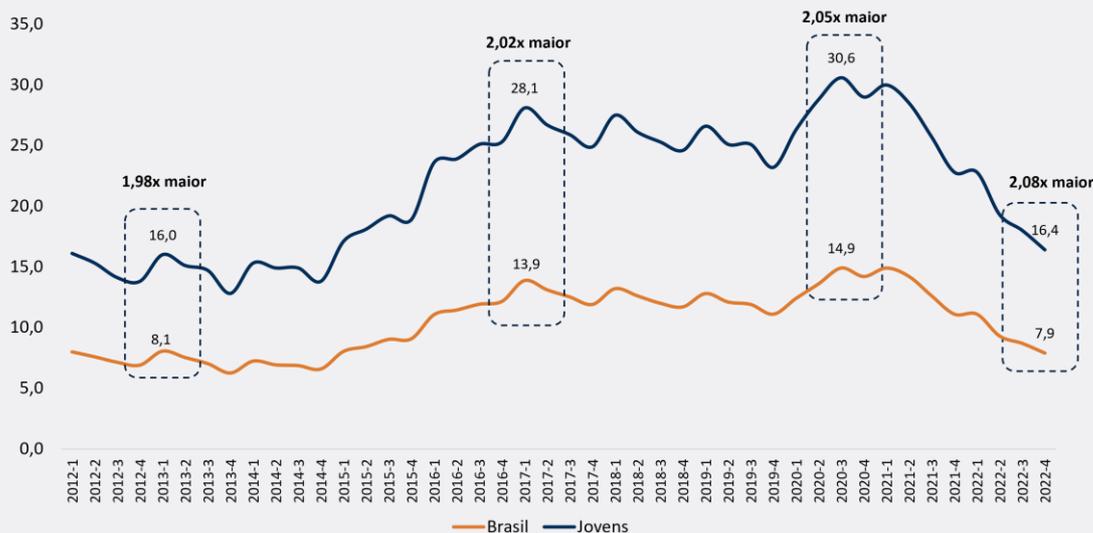


Figura 4 – Evolução do desemprego de jovens e do país como um todo (2012T1 a 2022T4).

Fonte: PNADc/IBGE. Resultados originais da pesquisa.

Nota: Esta figura responde à pergunta “de todas as pessoas na força de trabalho, formal e informal, qual o percentual de desemprego no Brasil como um todo e para os jovens?”.

2.3 Mercado de trabalho formal nas MPEs

Esta temática já foi profundamente explorada no Anuário do Trabalho e no Panorama do Emprego nas MPEs – Módulo Empregado. Aqui, portanto, serão lembrados tópicos e resultados importantes, indicados pelo símbolo , que advém de duas principais fontes de dados: a RAIS Desidentificada e o CAGED/Novo CAGED. Neste ponto do texto, por conta de os dados serem dessas duas fontes, as informações exploradas são somente do mercado de trabalho formal (a informalidade não é captada aqui).

2.3.1 Participação no emprego

 As MPEs empregam mais que as MGEs na maior parte das regiões brasileiras na série histórica de 2012 a 2021.

Na Tabela 2 abaixo estão as participações de ambos os portes na absorção da mão de obra formal do país, para cada uma das 5 regiões brasileiras. Em destaque em células verdes, estão as participações que são iguais ou maiores que 50%. Perceba que, como já pontuado, as MPEs são as que detêm a maior parte das células destacadas. No Anexo se encontra os valores por estado (Tabela A1).

Tabela 2 – Evolução da participação no emprego formal, por porte do estabelecimento, nas regiões brasileiras.

Brasil/Região	Anos									
	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Brasil										
MPE	52,2%	52,4%	52,9%	54,2%	54,9%	54,8%	54,2%	53,7%	52,3%	52,0%
MGE	47,8%	47,6%	47,1%	45,8%	45,1%	45,2%	45,8%	46,3%	47,7%	48,0%
Centro-Oeste										
MPE	57,8%	58,1%	58,8%	59,8%	60,3%	59,9%	59,5%	59,1%	58,4%	58,4%
MGE	42,2%	41,9%	41,2%	40,2%	39,7%	40,1%	40,5%	40,9%	41,6%	41,6%
Nordeste										
MPE	50,9%	51,4%	51,9%	53,5%	54,1%	54,3%	53,9%	53,7%	52,5%	52,6%
MGE	49,1%	48,6%	48,1%	46,5%	45,9%	45,7%	46,1%	46,3%	47,5%	47,4%
Norte										
MPE	50,0%	50,6%	51,5%	53,9%	55,0%	54,9%	54,1%	53,4%	51,6%	51,7%
MGE	50,0%	49,4%	48,5%	46,1%	45,0%	45,1%	45,9%	46,6%	48,4%	48,3%
Sudeste										
MPE	49,7%	49,8%	50,3%	51,6%	52,4%	52,3%	51,6%	51,0%	49,5%	49,0%
MGE	50,3%	50,2%	49,7%	48,4%	47,6%	47,7%	48,4%	49,0%	50,5%	51,0%
Sul										
MPE	59,1%	58,7%	58,7%	59,7%	60,2%	59,8%	59,1%	58,6%	57,2%	56,9%
MGE	40,9%	41,3%	41,3%	40,3%	39,8%	40,2%	40,9%	41,4%	42,8%	43,1%

Fonte: RAIS (PDET/MTE). Resultados originais da pesquisa.

Nota: Esta tabela responde à pergunta “de toda mão de obra ocupada formalmente, qual o percentual nas MPEs e nas MGEs, por região brasileira?”.

Na Figura 5 abaixo estão os crescimentos médios de emprego nas MPEs e MGEs de cada região, no período de 2012 a 2021. Nela é possível perceber que, apesar de estarem próximas, em média, do nível de crescimento máximo (3,3% nas MPEs e 3,7% nas MGEs), o decréscimo, quando acontece, é menos drástico nas MPEs (o que mais a frente será confirmada pela menor destruição de postos de trabalho nas MPEs quando comparadas às MGEs). A nível Brasil, o crescimento médio de emprego nas MPE foi de 0,4% e das MGE, 0,5%. Para o Brasil como um todo, sem diferenciar porte, o crescimento foi de 0,4%.

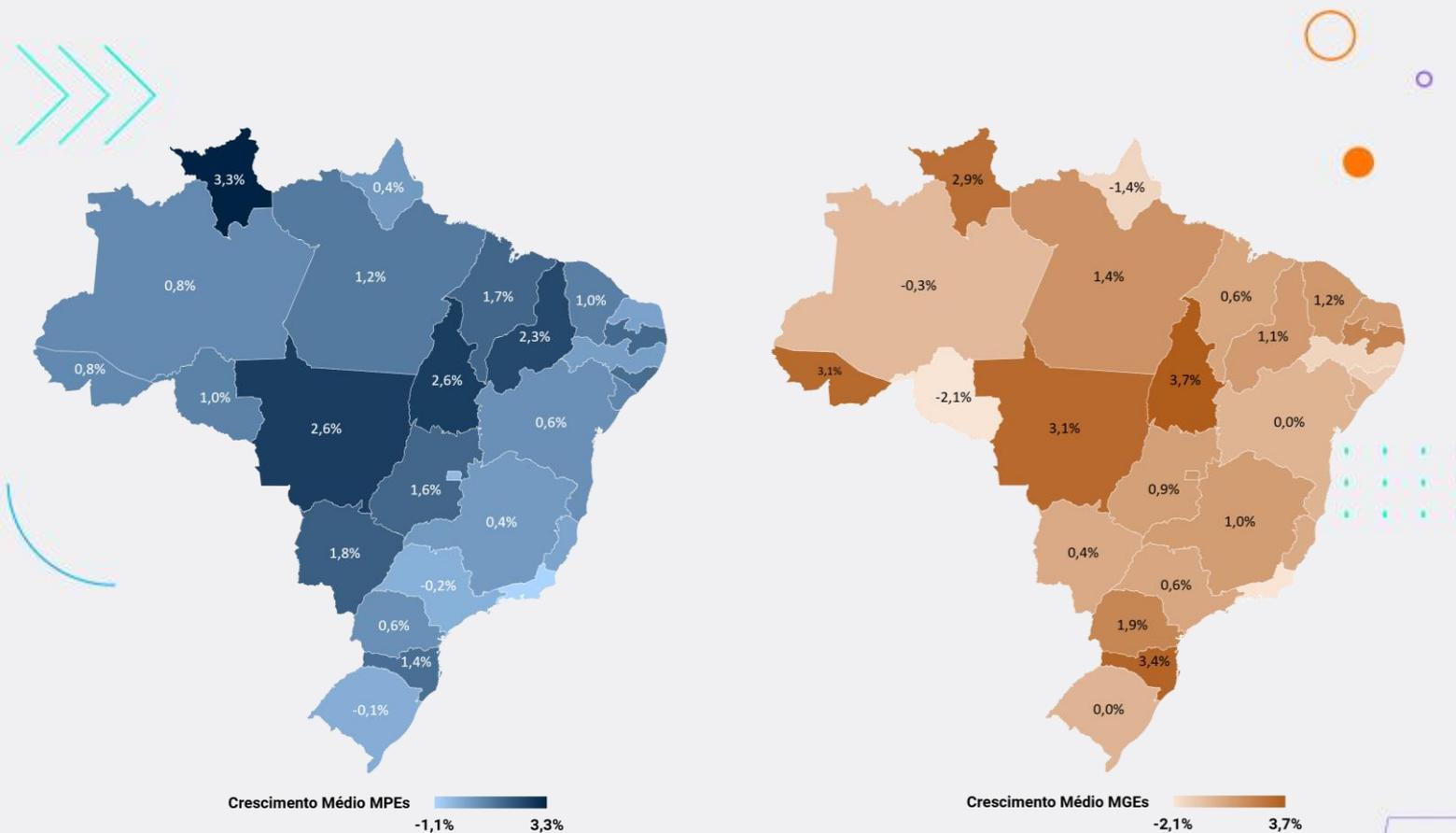


Figura 5 – Crescimento médio por porte do estabelecimento nas regiões brasileiras.

Fonte: Fonte: RAIS (PDET/MTE). Resultados originais da pesquisa.

Nota: Esta figura responde à pergunta “qual foi o crescimento médio, de 2012 a 2021, do número de empregos formais nas MPEs e MGEs por unidade da federação?”.

Para além de métricas gerais como as fornecidas acima, que mapeiam a absorção de trabalho formal de maneira sem distinções, pode-se também mostrar como essas empresas de micro e pequeno porte absorvem a população mais vulnerável do mercado de trabalho brasileiro: mulheres, negros e mais jovens. Esta população, como já visto, estão mais suscetíveis ao desemprego no país, por razões variadas (embora, em alguns casos, haja algumas razões não explicadas).

No caso das mulheres, já foi visto no Panorama do Emprego nas MPEs que elas não são maioria, nem nas MPEs nem nas MGEs. E, sim, isso era esperado, já que a inserção feminina no mercado de trabalho foi mais tardia e ainda há questões discriminatórias estruturais (tradicionalmente) pendentes e existentes para serem resolvidas, como já foi dito. Ainda assim, há um ponto de vista positivo da dinâmica *mulheres nas MPEs* que indicam o quão importante são esses estabelecimentos para essa inserção (tardia, mas efetiva).

As mulheres são, em sua maioria, mais vinculadas às MPEs do que às MGEs em todas as regiões do país.

Ou seja, as mulheres contam mais com os micros e pequenos negócios para se inserirem (ou reinserirem) no mercado de trabalho, o que pode ser visto nas células destacadas em verde na Tabela 3.

Tabela 3 – Inserção feminina no mercado de trabalho formal, por porte do estabelecimento, nas regiões brasileiras.

Brasil/Região	Anos									
	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Brasil										
MPE	56,6%	56,6%	56,7%	57,8%	58,4%	58,4%	57,9%	57,4%	55,7%	54,9%
MGE	43,4%	43,4%	43,3%	42,2%	41,6%	41,6%	42,1%	42,6%	44,3%	45,1%
Centro-Oeste										
MPE	60,8%	60,8%	61,0%	62,1%	62,7%	62,4%	62,2%	61,8%	60,8%	60,4%
MGE	39,2%	39,2%	39,0%	37,9%	37,3%	37,6%	37,8%	38,2%	39,2%	39,6%
Nordeste										
MPE	57,9%	57,9%	57,4%	58,5%	58,8%	59,0%	58,7%	58,7%	57,1%	56,6%
MGE	42,1%	42,1%	42,6%	41,5%	41,2%	41,0%	41,3%	41,3%	42,9%	43,4%
Norte										
MPE	55,9%	56,5%	57,4%	59,5%	60,3%	60,2%	59,4%	59,5%	57,5%	57,3%
MGE	44,1%	43,5%	42,6%	40,5%	39,7%	39,8%	40,6%	40,5%	42,5%	42,7%
Sudeste										
MPE	54,2%	54,3%	54,5%	55,6%	56,1%	56,1%	55,5%	54,8%	53,0%	52,1%
MGE	45,8%	45,7%	45,5%	44,4%	43,9%	43,9%	44,5%	45,2%	47,0%	47,9%
Sul										
MPE	61,1%	60,5%	60,3%	61,5%	62,1%	62,1%	61,6%	61,1%	59,1%	58,3%
MGE	38,9%	39,5%	39,7%	38,5%	37,9%	37,9%	38,4%	38,9%	40,9%	41,7%

Fonte: RAIS (PDET/MTE). Resultados originais da pesquisa.

Nota: Esta tabela responde à pergunta “de toda mão de obra feminina ocupada formalmente, qual o percentual nas MPEs e nas MGEs por região brasileira?”.

Um ponto já explorado em outros estudos (como o Panorama do Emprego) é que os negros estão mais concentrados nas MGEs que nas MPEs, exceto na região Centro-Oeste (Tabela 4). Esses valores, no entanto, devem ser analisados com cautela, já que a quantidade de não identificação pode estar deturpando a concentração de raça/cor nas MPEs. Mas, há um ponto positivo a ser explicitado, que será discutido abaixo.

Tabela 4 – Percentual de negros na força de trabalho ocupada, por porte do estabelecimento, nas regiões brasileiras.

Brasil/Região	Anos									
	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Brasil										
MPE	44,8%	45,1%	45,6%	47,3%	48,0%	47,9%	47,5%	46,9%	45,3%	44,8%
MGE	55,2%	54,9%	54,4%	52,7%	52,0%	52,1%	52,5%	53,1%	54,7%	55,2%
Centro-Oeste										
MPE	51,8%	51,9%	52,8%	54,4%	54,8%	54,3%	53,9%	53,4%	52,5%	52,5%
MGE	48,2%	48,1%	47,2%	45,6%	45,2%	45,7%	46,1%	46,6%	47,5%	47,5%
Nordeste										
MPE	47,1%	47,6%	47,9%	49,5%	50,1%	50,2%	49,9%	49,3%	48,1%	47,9%
MGE	52,9%	52,4%	52,1%	50,5%	49,9%	49,8%	50,1%	50,7%	51,9%	52,1%
Norte										
MPE	45,6%	46,1%	47,5%	50,1%	51,0%	50,7%	49,9%	49,0%	46,8%	46,3%
MGE	54,4%	53,9%	52,5%	49,9%	49,0%	49,3%	50,1%	51,0%	53,2%	53,7%
Sudeste										
MPE	41,9%	42,1%	42,7%	44,3%	45,2%	45,2%	44,8%	44,2%	42,5%	41,8%
MGE	58,1%	57,9%	57,3%	55,7%	54,8%	54,8%	55,2%	55,8%	57,5%	58,2%
Sul										
MPE	42,8%	42,5%	41,6%	42,9%	42,8%	42,0%	42,4%	42,3%	39,8%	39,5%

MGE	57,2%	57,5%	58,4%	57,1%	57,2%	58,0%	57,6%	57,7%	60,2%	60,5%
-----	-------	-------	-------	-------	-------	-------	-------	-------	-------	-------

Fonte: RAIS (PDET/MTE). Resultados originais da pesquisa.

Nota: Esta tabela responde à pergunta “de toda mão de obra negra ocupada formalmente, qual o percentual nas MPEs e nas MGEs por região brasileira?”.

▣ 3 das 5 regiões brasileiras possuem MPEs onde mais da metade da mão de obra absorvida é negra (pretos + pardos, evidenciado em células verdes) (Tabela 5).

Tabela 5 – Inserção negra no mercado de trabalho formal das MPEs, por regiões brasileiras.

Brasil/Região	Anos									
	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Brasil										
Branco	65,9%	64,8%	63,2%	62,0%	61,5%	60,7%	59,3%	58,2%	57,4%	56,3%
Negro	34,1%	35,2%	36,8%	38,0%	38,5%	39,3%	40,7%	41,8%	42,6%	43,7%
Centro-Oeste										
Branco	51,9%	50,2%	48,5%	45,9%	44,0%	42,1%	40,4%	38,8%	37,8%	36,4%
Negro	48,1%	49,8%	51,5%	54,1%	56,0%	57,9%	59,6%	61,2%	62,2%	63,6%
Nordeste										
Branco	31,7%	30,6%	29,2%	28,4%	27,7%	26,7%	25,6%	24,7%	24,0%	23,3%
Negro	68,3%	69,4%	70,8%	71,6%	72,3%	73,3%	74,4%	75,3%	76,0%	76,7%
Norte										
Branco	27,4%	26,5%	24,6%	23,6%	23,2%	22,4%	21,0%	20,1%	19,8%	19,1%
Negro	72,6%	73,5%	75,4%	76,4%	76,8%	77,6%	79,0%	79,9%	80,2%	80,9%
Sudeste										
Branco	71,3%	70,2%	68,7%	67,6%	67,0%	66,3%	64,7%	63,4%	62,7%	61,7%
Negro	28,7%	29,8%	31,3%	32,4%	33,0%	33,7%	35,3%	36,6%	37,3%	38,3%
Sul										
Branco	92,5%	92,1%	91,5%	91,1%	90,9%	90,4%	89,2%	88,4%	87,8%	87,2%
Negro	7,5%	7,9%	8,5%	8,9%	9,1%	9,6%	10,8%	11,6%	12,2%	12,8%

Fonte: RAIS (PDET/MTE). Resultados originais da pesquisa.

Nota: Esta tabela responde à pergunta “de toda mão de obra ocupada formalmente, qual o percentual de negros e brancos nas MPEs e nas MGEs por região brasileira?”.

Além disso, mesmo nas 2 regiões onde não são maioria, há uma tendência de aumento do percentual absorvido ao longo dos anos (evidenciado com círculos na Figura 6). Ou seja, nas MPEs das regiões Sudeste e Sul, de toda a mão de obra ocupada em 2012, somente 28,7% e 7,5%, respectivamente, era negra. Em 2021 essa realidade se alterou para 38,3% (aumento de quase 10p.p.) e 12,8% (aumento de mais de 5p.p.), respectivamente.

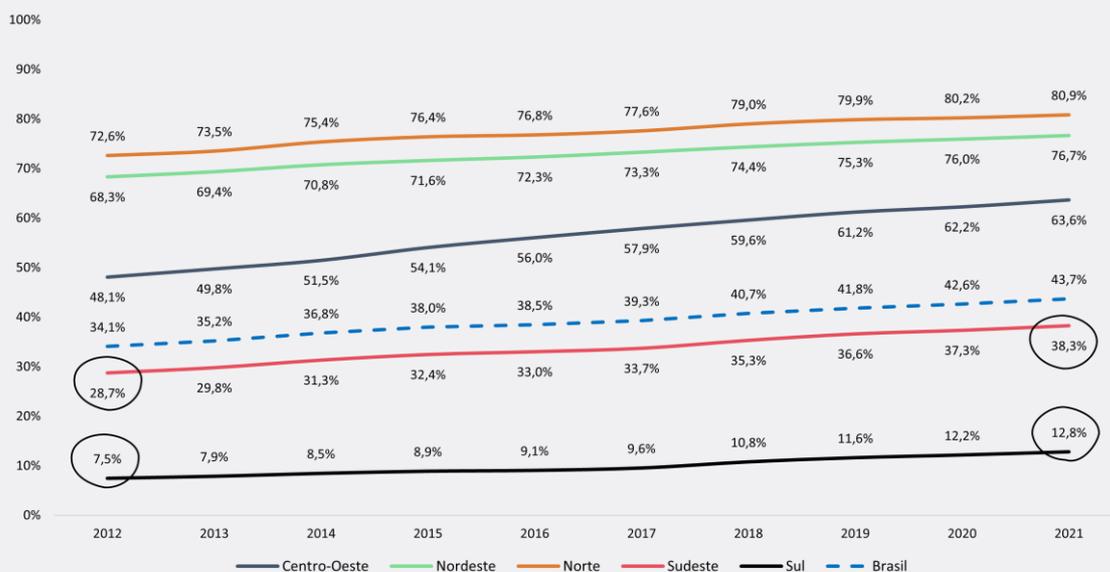


Figura 6 – Evolução da participação negra nas MPEs, por regiões brasileiras.

Fonte: Fonte: RAIS (PDET/MTE). Resultados originais da pesquisa.

Nota: Esta figura responde à pergunta “de toda mão de obra ocupada formalmente, qual o percentual de negros e brancos nas MPEs e nas MGEs por região brasileira?”.

As MPEs absorvem mais a mão de obra jovem (até 24 anos) em todas as regiões brasileiras ao longo de quase toda série histórica (evidenciado em células verdes) (Tabela 6). Ou seja, de toda mão de obra alocada, jovens são mais representativos na força de trabalho das MPEs.

O desemprego entre os jovens é persistente no mercado de trabalho brasileiro e se repercute como um tópico relevante de políticas públicas específicas, principalmente em relação ao primeiro emprego¹⁰.

Tabela 6 – Percentual de jovens na força de trabalho ocupada, por porte do estabelecimento, nas regiões brasileiras.

Brasil/Região	Anos									
	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Brasil										
MPE	23,6%	23,0%	22,3%	21,2%	19,8%	19,1%	18,7%	18,4%	17,5%	18,2%
MGE	20,6%	19,9%	19,0%	17,8%	16,7%	16,4%	16,3%	16,2%	16,2%	16,7%
Centro-Oeste										
MPE	24,7%	24,4%	23,8%	22,8%	21,3%	20,5%	20,3%	20,0%	19,4%	20,1%
MGE	22,6%	22,0%	21,2%	19,8%	18,3%	18,0%	17,8%	17,9%	17,5%	18,2%
Nordeste										
MPE	21,3%	20,8%	20,1%	19,2%	17,7%	16,7%	16,2%	15,8%	14,7%	15,5%
MGE	19,9%	19,3%	18,9%	17,9%	17,0%	16,2%	15,6%	15,2%	14,8%	15,6%
Norte										
MPE	25,2%	24,8%	24,2%	23,3%	21,3%	20,3%	19,5%	19,1%	18,7%	19,8%
MGE	20,4%	20,2%	19,4%	18,4%	17,3%	16,9%	16,4%	16,3%	16,6%	17,3%
Sudeste										
MPE	23,3%	22,7%	21,9%	20,7%	19,4%	18,8%	18,5%	18,2%	17,2%	17,9%

¹⁰ Além disso, há também a questão de gênero e raça/cor entre os mais jovens, o que torna o assunto ainda mais complexo. Como literatura guia, vide Silva, Monsueto e Barbosa (2020), disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/02692171.2019.1707784?journalCode=cira20>

<i>MGE</i>	19,9%	19,0%	18,0%	16,7%	15,7%	15,4%	15,3%	15,3%	15,2%	15,7%
Sul										
<i>MPE</i>	25,2%	24,8%	24,0%	22,7%	21,3%	20,7%	20,3%	19,8%	19,2%	19,9%
<i>MGE</i>	22,9%	22,3%	21,5%	20,0%	19,1%	19,2%	19,5%	19,4%	19,8%	20,1%

Fonte: RAIS (PDET/MTE). Resultados originais da pesquisa.

Nota: Esta tabela responde à pergunta “de toda mão de obra ocupada formalmente, qual o percentual de jovens nas MPEs e nas MGEs por região brasileira?”.

De outro ponto de vista, se olharmos toda a população jovem, eles estão mais inseridos dentro das MPEs que das MGEs, indicando que os jovens contam mais com as MPEs para se inserir no mercado de trabalho (Tabela 7).

Tabela 7 – Inserção jovem no mercado de trabalho formal das MPEs, por regiões brasileiras.

Brasil/Região	Anos									
	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Brasil										
MPE	52,2%	52,4%	52,9%	54,2%	54,9%	54,8%	54,2%	53,7%	52,3%	52,0%
MGE	47,8%	47,6%	47,1%	45,8%	45,1%	45,2%	45,8%	46,3%	47,7%	48,0%
Centro-Oeste										
MPE	57,8%	58,1%	58,8%	59,8%	60,3%	59,9%	59,5%	59,1%	58,4%	58,4%
MGE	42,2%	41,9%	41,2%	40,2%	39,7%	40,1%	40,5%	40,9%	41,6%	41,6%
Nordeste										
MPE	50,9%	51,4%	51,9%	53,5%	54,1%	54,3%	53,9%	53,7%	52,5%	52,6%
MGE	49,1%	48,6%	48,1%	46,5%	45,9%	45,7%	46,1%	46,3%	47,5%	47,4%
Norte										
MPE	50,0%	50,6%	51,5%	53,9%	55,0%	54,9%	54,1%	53,4%	51,6%	51,7%
MGE	50,0%	49,4%	48,5%	46,1%	45,0%	45,1%	45,9%	46,6%	48,4%	48,3%
Sudeste										
MPE	49,7%	49,8%	50,3%	51,6%	52,4%	52,3%	51,6%	51,0%	49,5%	49,0%
MGE	50,3%	50,2%	49,7%	48,4%	47,6%	47,7%	48,4%	49,0%	50,5%	51,0%
Sul										
MPE	59,1%	58,7%	58,7%	59,7%	60,2%	59,8%	59,1%	58,6%	57,2%	56,9%
MGE	40,9%	41,3%	41,3%	40,3%	39,8%	40,2%	40,9%	41,4%	42,8%	43,1%

Fonte: RAIS (PDET/MTE). Resultados originais da pesquisa.

Nota: Esta tabela responde à pergunta “de toda mão de obra jovem ocupada formalmente, qual o percentual nas MPEs e nas MGEs por região brasileira?”.

2.3.2 Estabilidade dos empregos

As MPEs, ao longo da série histórica, não possuem o maior percentual de empregos com tempo de 24 meses ou mais, mas tendem a crescer mais progressivamente essa participação em número de empregados se comparadas às MGEs, na maior parte das regiões. Sendo assim, geram mais empregos estáveis no longo prazo, por apresentarem maior crescimento no comparativo (evidenciado em células verdes) (Tabela 8).

Tabela 8 – Participação e crescimento do número de empregos com tempo de 24 meses ou mais, por porte de estabelecimento, nas regiões brasileiras.

Anos	Brasil/Região							
	Brasil				Centro-Oeste			
	MPE	Crescimento	MGE	Crescimento	MPE	Crescimento	MGE	Crescimento
2012	37,1%	-	42,0%	-	31,9%	-	37,0%	-
2013	38,1%	6,1%	42,8%	3,8%	32,6%	3,0%	37,4%	3,8%
2014	39,4%	5,6%	44,6%	3,1%	33,7%	0,1%	39,6%	3,1%
2015	42,9%	7,4%	48,5%	-3,6%	36,8%	-4,7%	43,4%	-3,6%
2016	47,0%	6,0%	52,7%	-5,3%	40,8%	-4,7%	48,3%	-5,3%
2017	47,8%	1,0%	52,9%	-1,0%	41,6%	2,5%	48,6%	-1,0%
2018	46,1%	-3,3%	51,4%	1,2%	39,8%	3,4%	47,5%	1,2%
2019	46,8%	1,8%	54,4%	0,0%	40,3%	3,2%	50,7%	0,0%
2020	49,4%	2,3%	54,4%	-0,6%	42,7%	1,3%	51,2%	-0,6%
2021	45,2%	-3,1%	49,8%	7,0%	39,3%	7,4%	47,5%	7,0%
	Nordeste				Norte			
	MPE	Crescimento	MGE	Crescimento	MPE	Crescimento	MGE	Crescimento
	2012	36,5%	-	40,0%	-	32,0%	-	36,9%
2013	37,6%	2,6%	39,9%	3,5%	32,9%	2,2%	38,6%	1,9%
2014	39,0%	2,0%	41,1%	2,5%	34,2%	0,8%	40,7%	0,6%
2015	43,0%	-6,8%	45,6%	-4,8%	37,6%	-9,6%	44,5%	-4,3%
2016	48,2%	-6,5%	50,9%	-6,5%	42,6%	-8,7%	48,8%	-4,8%
2017	49,6%	-1,5%	52,9%	-0,4%	43,9%	-0,1%	48,3%	-0,7%
2018	48,0%	2,1%	52,0%	2,3%	42,0%	4,0%	47,5%	1,2%
2019	49,4%	0,5%	55,3%	0,3%	42,9%	1,8%	51,2%	1,5%
2020	52,7%	1,9%	55,7%	3,4%	45,0%	7,4%	49,7%	-1,3%
2021	47,9%	6,7%	50,7%	7,6%	40,1%	7,4%	46,1%	5,9%
	Sudeste				Sul			
	MPE	Crescimento	MGE	Crescimento	MPE	Crescimento	MGE	Crescimento
	2012	38,4%	-	42,9%	-	37,4%	-	44,7%
2013	39,7%	1,5%	44,1%	3,8%	38,2%	4,8%	44,8%	2,8%
2014	41,0%	-0,3%	45,8%	1,6%	39,4%	1,7%	47,0%	1,4%
2015	44,5%	-6,7%	49,7%	-3,3%	43,0%	-5,6%	50,9%	-3,8%
2016	48,4%	-6,5%	53,7%	-3,1%	46,5%	-4,3%	54,2%	-4,5%
2017	49,1%	-0,4%	53,6%	0,6%	46,9%	1,7%	53,6%	-0,3%
2018	47,4%	2,6%	51,9%	1,4%	45,2%	3,3%	51,9%	1,4%
2019	47,9%	2,9%	54,9%	1,7%	45,8%	2,9%	54,2%	1,3%
2020	50,7%	1,5%	55,3%	0,0%	47,6%	3,5%	53,2%	-0,7%
2021	46,8%	7,0%	50,4%	6,6%	43,4%	7,4%	49,0%	6,4%

Fonte: RAIS (PDET/MTE). Resultados originais da pesquisa.

Nota: Esta tabela responde à pergunta “de todo contrato formal estabelecido, qual o percentual com mais de 24 meses de duração MPEs e nas MGEs por região brasileira?” e “qual o crescimento dessa participação?”

2.3.3 Criação e destruição de postos de trabalho

Uma forma de evidenciar o papel das MPEs no mercado de trabalho é explorando os postos de trabalho criados por porte de estabelecimento. Na contraparte, também auxilia nessa missão mostrar o quão menor é a contribuição para o desemprego (no mercado de trabalho formal) gerado ao longo dos anos, ou seja, a destruição de postos de trabalho. Para isso, podem ser usados os dados disponíveis no CAGED (até 2019) e Novo CAGED (2020 em diante). Na Figura 6 abaixo o que se evidencia é o seguinte:

MPEs criam mais empregos e destroem menos, gerando menor desemprego associado. Logo, conseguem absorver mais empregados e manter mais empregos no comparativo com as MGEs (Figura 7).

É possível perceber este fato observando que as barras das MPEs são sempre menos negativas (destroem menos, gerando menor desemprego) e mais positivas (criam mais, gerando mais empregos) que as barras comparativas das MGEs.

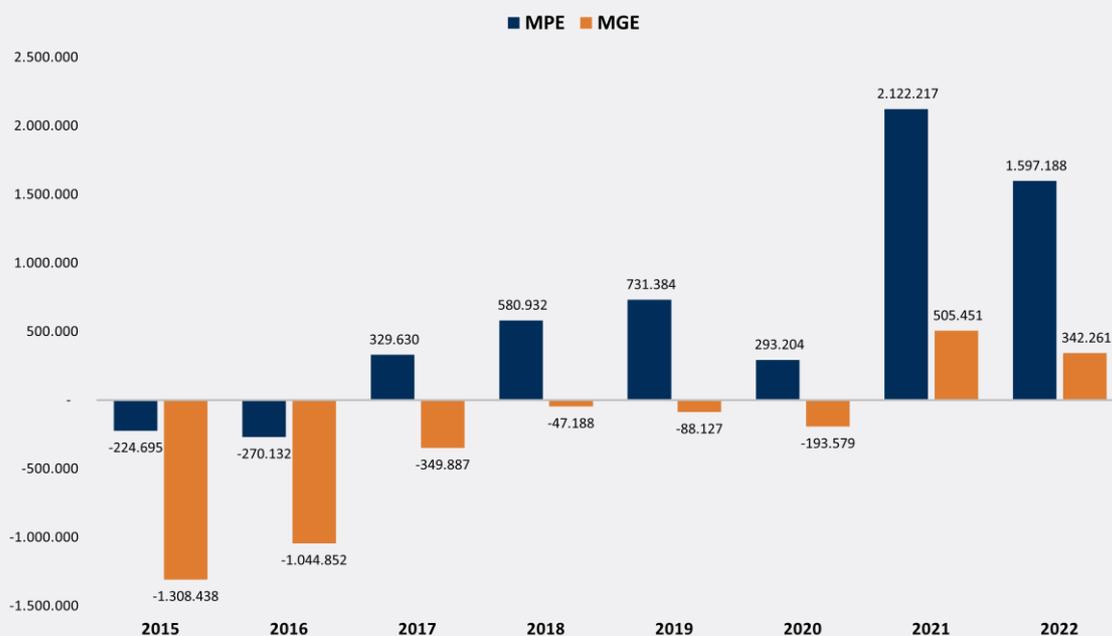


Figura 7 – Saldos ajustados de empregos gerados entre janeiro e dezembro de cada ano, por porte do estabelecimento.

Nota: Os dados utilizados são como um *snapshot* do mercado de trabalho formal no mês de dezembro de cada ano considerando o acumulado dos saldos líquidos ajustados ao longo do ano. Esta figura responde à pergunta “de todos os empregos formais criados, quantos foram nas MPEs e quantos foram nas MGEs?”.

Nota: Os dados das criações e destruições de postos de trabalho mudam a cada novo dado mensal disponibilizado, dado que há admissões e demissões que são lançadas dentro do prazo e movimentos que podem ser excluídos. Os dados deste gráfico foram coletados em fevereiro de 2023.

Fontes: CAGED e Novo CAGED (PDET/MTE). Resultados originais da pesquisa.



3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O papel das MPEs, em termos econômicos e sociais, já vem sendo amplamente estudado pelo SEBRAE ao longo dos anos, sempre destacando a importância fundamental das micro e pequenas empresas na geração de emprego, de renda, de produto e na potencialização de tornar o sonho do empreendimento próprio possível.

Este relatório buscou explorar algumas métricas da importância das MPEs dentro do mercado de trabalho brasileiro. Alguns pontos, como emprego e tempo de emprego já haviam sido explorados no Anuário do Trabalho e no Panorama do Emprego nas MPEs – Módulo Empregado. Porém, aqui a intenção era de trazer tanto a visão do emprego/tempo de emprego, como também do desemprego no país e para uma parcela mais vulnerável dentro do mercado de trabalho: mulheres, negros e os mais jovens. Além disso, evidenciar a criação e destruição de postos de trabalho por porte do estabelecimento.

Como principais resultados estão: o desemprego, que é maior para mulheres, negros e mais jovens; o fato de que as MPEs empregam mais ao longo da série histórica analisada; que mulheres contam mais com os empregos nas MPEs; que 3 das 5 regiões tem mais mão de obra negra – e mesmo as que ainda não têm estão aumentando a proporção de negros ao longo do tempo –; que as MPEs empregam mais a mão de obra jovem; que nas MPEs os empregos de 24 meses ou mais tendem a crescer mais que nas MGEs, apesar de ainda não serem maioria no comparativo; e, por fim, que as MPEs criam mais postos de trabalho (criam mais empregos) e destroem menos (criam menos desemprego) no comparativo com as MGEs.

Isso tudo corrobora a visão de que os pequenos negócios têm um potencial (amplamente desenvolvido e possível de ser fortalecido, onde entra a atuação do SEBRAE) para além de criar oportunidades de emprego, como também de equalizar as oportunidades geradas englobando a parcela mais vulnerável. Isso favorece não somente a inclusão como também, no longo prazo, o crescimento econômico bem distribuído, possibilitando a diminuição (e possível extinção) dos *gaps* ainda existentes.

ANEXO

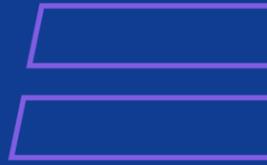
Tabela A1 – Evolução da participação no emprego formal, por porte do estabelecimento, nos estados brasileiros.

UF	Anos									
	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Acre										
MPE	62,7%	63,1%	63,1%	62,2%	62,3%	61,5%	61,7%	59,7%	57,4%	57,8%
MGE	37,3%	36,9%	36,9%	37,8%	37,7%	38,5%	38,3%	40,3%	42,6%	42,2%
Alagoas										
MPE	44,8%	48,1%	49,9%	49,9%	50,2%	51,5%	51,8%	52,7%	50,3%	50,5%
MGE	55,2%	51,9%	50,1%	50,1%	49,8%	48,5%	48,2%	47,3%	49,7%	49,5%
Amapá										
MPE	50,9%	52,5%	53,7%	57,2%	58,8%	60,5%	57,8%	56,6%	55,6%	55,6%
MGE	49,1%	47,5%	46,3%	42,8%	41,2%	39,5%	42,2%	43,4%	44,4%	44,4%
Amazonas										
MPE	35,7%	35,7%	37,3%	40,9%	41,8%	41,4%	41,1%	40,8%	38,9%	38,2%
MGE	64,3%	64,3%	62,7%	59,1%	58,2%	58,6%	58,9%	59,2%	61,1%	61,8%
Bahia										
MPE	52,9%	53,4%	54,0%	55,6%	56,7%	56,8%	56,5%	56,1%	54,9%	54,4%
MGE	47,1%	46,6%	46,0%	44,4%	43,3%	43,2%	43,5%	43,9%	45,1%	45,6%
Ceará										
MPE	48,7%	48,8%	48,5%	49,8%	50,3%	50,4%	49,5%	49,6%	48,4%	48,5%
MGE	51,3%	51,2%	51,5%	50,2%	49,7%	49,6%	50,5%	50,4%	51,6%	51,5%
Distrito Federal										
MPE	50,0%	49,5%	48,8%	49,5%	49,8%	49,4%	48,7%	47,8%	47,0%	46,5%
MGE	50,0%	50,5%	51,2%	50,5%	50,2%	50,6%	51,3%	52,2%	53,0%	53,5%
Espírito Santo										
MPE	58,5%	58,8%	59,0%	60,4%	60,6%	60,4%	59,6%	59,8%	57,8%	58,1%
MGE	41,5%	41,2%	41,0%	39,6%	39,4%	39,6%	40,4%	40,2%	42,2%	41,9%
Goiás										
MPE	58,2%	59,4%	60,1%	60,7%	61,5%	61,2%	61,0%	60,4%	59,7%	59,9%
MGE	41,8%	40,6%	39,9%	39,3%	38,5%	38,8%	39,0%	39,6%	40,3%	40,1%
Maranhão										
MPE	51,3%	51,8%	53,0%	54,6%	55,0%	56,2%	55,6%	54,7%	53,3%	53,7%
MGE	48,7%	48,2%	47,0%	45,4%	45,0%	43,8%	44,4%	45,3%	46,7%	46,3%
Mato Grosso										
MPE	65,0%	63,8%	65,0%	66,3%	67,3%	65,7%	65,1%	65,1%	64,4%	64,2%
MGE	35,0%	36,2%	35,0%	33,7%	32,7%	34,3%	34,9%	34,9%	35,6%	35,8%
Mato Grosso do Sul										
MPE	58,9%	59,7%	61,4%	62,9%	62,7%	63,2%	62,8%	63,1%	61,9%	61,9%
MGE	41,1%	40,3%	38,6%	37,1%	37,3%	36,8%	37,2%	36,9%	38,1%	38,1%
Minas Gerais										
MPE	57,4%	57,6%	58,5%	60,1%	60,7%	60,6%	59,6%	58,8%	57,1%	56,3%
MGE	42,6%	42,4%	41,5%	39,9%	39,3%	39,4%	40,4%	41,2%	42,9%	43,7%
Pará										
MPE	49,5%	49,3%	49,7%	51,5%	52,4%	52,7%	51,7%	50,6%	48,8%	49,1%
MGE	50,5%	50,7%	50,3%	48,5%	47,6%	47,3%	48,3%	49,4%	51,2%	50,9%
Paraíba										
MPE	55,4%	55,5%	55,0%	56,9%	57,5%	57,7%	57,7%	56,7%	53,8%	54,5%
MGE	44,6%	44,5%	45,0%	43,1%	42,5%	42,3%	42,3%	43,3%	46,2%	45,5%
Paraná										
MPE	58,7%	58,3%	57,9%	58,6%	59,1%	58,6%	58,1%	57,5%	56,2%	56,0%
MGE	41,3%	41,7%	42,1%	41,4%	40,9%	41,4%	41,9%	42,5%	43,8%	44,0%

UF	Anos									
	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Pernambuco										
MPE	46,7%	47,5%	48,7%	51,7%	51,8%	51,6%	51,3%	51,0%	50,5%	50,5%
MGE	53,3%	52,5%	51,3%	48,3%	48,2%	48,4%	48,7%	49,0%	49,5%	49,5%
Piauí										
MPE	56,6%	56,3%	56,1%	57,0%	59,2%	59,2%	59,5%	59,3%	58,6%	59,5%
MGE	43,4%	43,7%	43,9%	43,0%	40,8%	40,8%	40,5%	40,7%	41,4%	40,5%
Rio de Janeiro										
MPE	46,3%	46,5%	46,8%	48,5%	50,4%	51,0%	50,6%	50,0%	49,1%	48,8%
MGE	53,7%	53,5%	53,2%	51,5%	49,6%	49,0%	49,4%	50,0%	50,9%	51,2%
Rio Grande do Norte										
MPE	57,3%	57,5%	57,6%	57,8%	56,9%	56,4%	55,8%	54,9%	55,0%	55,5%
MGE	42,7%	42,5%	42,4%	42,2%	43,1%	43,6%	44,2%	45,1%	45,0%	44,5%
Rio Grande do Sul										
MPE	59,1%	59,5%	60,1%	61,3%	61,6%	61,5%	60,9%	60,8%	59,7%	59,1%
MGE	40,9%	40,5%	39,9%	38,7%	38,4%	38,5%	39,1%	39,2%	40,3%	40,9%
Rondônia										
MPE	59,2%	62,8%	64,1%	67,2%	69,7%	68,4%	67,9%	65,9%	65,9%	66,3%
MGE	40,8%	37,2%	35,9%	32,8%	30,3%	31,6%	32,1%	34,1%	34,1%	33,7%
Roraima										
MPE	57,6%	62,0%	61,6%	63,4%	64,4%	62,5%	60,9%	63,1%	58,8%	59,3%
MGE	42,4%	38,0%	38,4%	36,6%	35,6%	37,5%	39,1%	36,9%	41,2%	40,7%
Santa Catarina										
MPE	59,7%	58,5%	58,0%	59,2%	59,9%	59,3%	58,2%	57,6%	55,8%	55,7%
MGE	40,3%	41,5%	42,0%	40,8%	40,1%	40,7%	41,8%	42,4%	44,2%	44,3%
São Paulo										
MPE	47,5%	47,7%	48,1%	49,1%	49,8%	49,4%	48,7%	48,0%	46,6%	46,0%
MGE	52,5%	52,3%	51,9%	50,9%	50,2%	50,6%	51,3%	52,0%	53,4%	54,0%
Sergipe										
MPE	53,0%	52,0%	51,4%	52,1%	53,6%	54,4%	53,9%	54,7%	53,2%	54,7%
MGE	47,0%	48,0%	48,6%	47,9%	46,4%	45,6%	46,1%	45,3%	46,8%	45,3%
Tocantins										
MPE	71,0%	72,3%	70,6%	71,5%	70,6%	70,2%	69,7%	70,7%	69,2%	69,1%
MGE	29,0%	27,7%	29,4%	28,5%	29,4%	29,8%	30,3%	29,3%	30,8%	30,9%

Fonte: RAIS (PDET/MTE). Resultados originais da pesquisa.

Nota: Esta tabela responde à pergunta “de toda mão de obra ocupada formalmente, qual o percentual nas MPEs e nas MGEs por unidade da federação?”.



SEBRAE

